ANÁLISE DA QUINZENA

Avicultura: as potencialidades de uma agroindústria emergente

A pecuária bovina no Brasil vem atravessando uma severa crise de descapitalização, cujas causas foram objeto de análise na edição nº 10 de AGROANALYSIS. No presente número, examinaremos outro importante setor da pecuária - a avicultura - cujos progressos tecnológicos têm se revelado supreendentes nos últimos anos, levando a atividade avícola a contribuir paulatinamente para a atenuação dos períodos de escassez de carne bovina, revolucionando os hábitos de consumo interno e ainda oferecendo um excedente exportável de grande potencialidade para elevação da receita cambial do país.

Uma análise da situação atual e das perspectivas da avicultura brasileira é tanto mais relevante quando se considera o presente quadro das disponibilidades internas de milho e soja, insumos em que o Brasil se destaca na produção mundial, e que são os principais componentes na formulação de rações para a avicultura. Outra importante consideração diz respeito à política governamental para o setor e suas influências sobre a atividade avícola, encorajada de um lado, pelos incentivos governamentais à exportação de frangos de corte, mas desencorajada, de outro lado, pela política de controle de preços, que atinge notadamente o setor de postura.

A avicultura brasileira vem rapidamente se firmando como atividade empresarial de crescente sofisticação tecnológica, o que se tem traduzido por melhorias significativas nos índices de conversão. O grande impulso do setor surgiria na primeira metade dos anos 60, mantendo, até o final da década, um crescimento médio anual da ordem de 32,6% (período 64/70). Neste mesmo período, a produção brasileira de carne bovina evoluiu à taxa média de 4,7% ao ano, o mesmo crescimento verificado para a produção de carne de suínos. Nos anos 71 e 72, com o início da fase de escassez de carne bovina e consequente aumento nos preços deste produto, a produção de carne de aves para consumo interno

continuou em crescimento acelerado como indica a tabela abaixo:

Produção Brasileira de Frangos de Corte
1970-1975

ANO	PRODUÇÃO (1.000 t)	INCREMENTO ANUAL (%)
1970	281,7	-
1971	290,2	+ 3,0
1972	355,0	+ 22,3
1973	445,3	+ 25,4
1974	434,0	- 2,5
1975	484,0	+ 11,5

Fonte: UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA (UBA) E ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE AVICULTURA (APA)

A tabela permite confirmar a estreita ligação existente entre a avicultura e a pecuária bovina: a partir de 1974, tem início a fase de preços declinantes da carne bovina, com imediato reflexo na produção nacional de frangos de corte, que sofreu uma queda de 2,5% sobre a produção de 1973. Em 1975, a produção de frangos volta a crescer, porém a uma taxa inferior àquelas verificadas nos anos de 1972 e 1973, que coincidiram com o ápice do período de euforia para os criadores de gado. É possível inferir, portanto, que a avicultura de corte poderá conhecer um notável impulso a partir do próximo ano, quando se prevê uma redução da oferta interna de gado para abate e consequente elevação do preço da carne bovina, estimulando a demanda por outras carnes.

Da produção nacional de carne de aves (cerca de 530 mil t em 1975 - incluindo frangos, perus etc) os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina respondem por cerca de 72% do total produzido. Santa Catarina merece um comentário à parte: segundo dados do FIBGE, este estado registrou o mais elevado ritmo de crescimento do abate de aves nos cinco primeiros anos desta década (56,2% ao ano). Ao mesmo tempo, a produção avícola no estado vem alcançando indiscutível sucesso, para o

que tem contribuído de forma destacada o sistema peculiar de integração vertical na avicultura desenvolvido naquele estado. Este sistema originou-se da constatação de que, através da verticalização das etapas de produção da avicultura - importação de aves avós, produção de matrizes para corte ou postura, produção de pintos, etapas da criação, disponibilidade de insumos, e abate - a atividade avícola torna-se menos suscetível a uma eventual interrupção em algum ponto do processo de produção, proporcionando, ainda, o indispensável aporte tecnológico e segurança para o criador.

Assim, os integradores fornecem todos os insumos de produção (pinto, rações etc) às criações familiares, que levam a cabo a produção das aves com garantia da colocação total da produção. O sistema resultou na formação de uma oferta de produtos padronizados e de alta qualidade, que permitiu ao estado de Santa Catarina partir com sucesso para a conquista dos mercados externos. Nos últimos anos, o desempenho da avicultura catarinense tem sido surpreendente: em 1974, a produção total de aves no estado atingia 37 mil t; em 1975 a quantidade produzida cresceu 89%, alcançando 70 mil t. No ano passado, o estado produziu 84 mil t, traduzindo um incremento de 20% em relação ao ano anterior.

Aspecto relevante da avicultura brasileira é a questão da disponibilidade interna dos insumos utilizados como matéria-prima na fabricação de rações. Sublinhamos aqui os mais importantes, focalizando somente a situação do milho e farelo de soja. É sabido que o Brasil não só é auto-suficiente em soja e milho, como também dispõe de grandes excedentes exportáveis. Em princípio, nossas disponibilidades desses produtos nos colocam numa confortável posição de competitividade frente aos avicultores europeus, que são forçados a efetuar grandes e onerosas importações desses insumos, notadamente da oleaginosa.

Não obstante, a atividade avícola nacional tem absorvido certos efeitos negativos da atual escassez de farelos proteicos no mercado internacional. Embora o Brasil seja o segundo maior produtor mundial de farelo de soja, com uma produção

prevista para 1977 em cerca de 5,8 milhões de t contra um consumo de apenas 1,2 milhão de t, o atendimento da demanda interna vem sendo irregular desde o ano passado. A instabilidade no abastecimento interno de farelo de soja manifestou-se, numa primeira fase, pela persistente escalada dos preços internos (em conseqüência da ascenção dos preços internacionais) para, numa segunda fase, apresentar-se como efetiva (embora artificial) escassez, apesar de o governo ter estabelecido o confisco de 7% sobre as exportações do complexo soja e tabelado o farelo em Cr$ 2,50/kg. A situação só voltaria a se normalizar a partir do mês passado, quando o governo aumentou a alíquota do confisco para 12% e elevou em 75% o subsídio concedido às indústrias esmagadoras para a comercialização interna do farelo de soja.

É inegável que o abastecimento interno de farelo de soja constitui-se, hoje, em constante ameaça de estrangulamento das atividades avícolas do país. No entanto, é paradoxal que isto ocorra, justamente quando o Brasil ultrapassa seus próprios recordes na produção de soja. Com a crescente tendência a exportar mais farelo de soja e menos grão, o país vai se envolvendo progressiva e perigosamente numa crescente dependência aos importadores europeus de farelo que, por sua vez, estão mais interessados em produzir seu próprio farelo, mediante importações de soja em grão. Assim, a qualquer momento, é possível que a Comunidade Européia venha a impor restrições às nossas exportações de farelo de soja, sob o pretexto de práticas contrárias ao livre comércio, acusações de "dumping" etc. Neste caso, o país deve estar preparado para absorver internamente a parcela que não conseguir colocar no mercado externo.

Ao mesmo tempo, ao se assegurar o fornecimento de farelo de soja para a avicultura (e suinocultura), o país está investindo numa maior estabilidade da oferta interna de carnes no futuro, com dividendos positivos para consumidores e governo. Finalmente, cabe lembrar aos fervorosos defensores do incremento das exportações de farelo que, longe de nos erguermos contra o fortalecimento de nossas exportações, vislumbramos a alternativa de exportar mais farelo transformado em carne de frango, conferindo maior valor adicionado ao produto exportado. Há que cui

dar, portanto, em garantir o fornecimento de farelo de soja aos avicultores nacionais.

A situação do milho é de outra ordem, porquanto vem sendo comercializado este ano, a preços em torno do mínimo fixado pelo governo, não se constituindo, atualmente, em pressão inflacionária sobre os custos de produção da avicultura. Além disso, o Brasil dispõe, nesta safra, de um excedente exportável superior a 2 milhões de t de milho. Dados os baixos preços praticados no mercado internacional, o governo vem concedendo subsídio aos exportadores de milho, para facilitar a colocação do produto no exterior. Neste sentido, também se poderia sugerir, como alternativa, a promoção de um maior consumo interno de milho, que contribuiria para a eliminação dos excedentes de produção. Um programa dessa natureza talvez resultasse em benefício social mais elevado do que o atual esquema de puro subsídio à exportação de milho.

Evidentemente, a avicultura nacional não teria condições de absorver, a curto prazo, todo o excedente de milho gerado internamente. Observe-se que, num cálculo aproximativo (considerando um índice médio de conversão alimentar de 2,5 kg de ração para 1 kg de carne de frango e uma participação do milho em torno de 70% na formulação das rações para aves), a produção adicional de carne de aves necessária para absorver o atual excedente de milho (2 milhões de t) seria de 1,1 milhão de t. Esta produção adicional significaria uma expansão de 200% na avicultura de corte do país. Um crescimento dessa ordem, por outro lado, implicaria num consumo interno adicional de farelo de soja da ordem de 550 mil t (levando em conta que 20% da ração seja composta de farelo de soja). Embora estas cifras não sejam imediatamente atingíveis, qualquer aumento significativo na produção de carne de aves já permitiria liberar uma parte da oferta interna de carne bovina para colocação no mercado externo.

Dentro da conjuntura expansionista da avicultura brasileira, os instrumentos da política de abastecimento se apresentam como fator limitativo, em contraposição aos subsídios dados à exportação e ao preço das rações. Nos últimos anos, a

avicultura conheceu diversas medidas [illegible] tor de abastecimento de ovos: tabelamento, acordos de cavalheiros e ameaças de inclusão do produto na lista CIP-SUNAB.

Esta última forma de intervenção vem sendo adotada atualmente, mostrando-se bastante eficaz, ao contrário do que se poderia esperar. Pelo temor de um tabelamento ostensivo, os fornecedores de ovos têm procurado reduzir voluntariamente suas margens de lucro, pelo auto-controle dos preços praticados, embora resultando em desestímulo à produção. A série histórica de preços de ovos no Brasil demonstra que, devido aos ganhos de produtividade do setor, os preços reais recebidos pelos produtores apresentam uma persistente tendência declinante, o que parece configurar a impropriedade de se atribuir aos ovos qualquer contribuição significativa ao processo inflacionário brasileiro. Por exemplo, o preço real recebido pelos produtores de ovos de São Paulo era, em 1975, apenas 71% do que vigorou em 1961.

A incorporação de tecnologia moderna na produção avícola nos últimos quinze anos também resultou em queda nos preços reais aos produtores de frangos de corte. De um índice igual a 100 em 1961, o preço real praticado em 1975 havia declinado para 76. Por outro lado, o preço real das rações compradas pelos avicultores paulistas no período 1969/1975 apresentou comportamento altista: um aumento de 20% no preço da ração para frangos de corte e aumento de 22% no preço da ração de postura.

A despeito dos controles de preços, o governo tem procurado incentivar a produção avícola, concedendo favores fiscais para as exportações de frango e, mais recentemente, pelo subsídio às rações. Este ano, por exemplo, atendendo às reivindicações da Associação Brasileira de Exportadores de Frango, o governo aumentou de 5% para 15% o incentivo fiscal (crédito de IPI) às exportações. Entretanto, ainda continuam pendentes as iniciativas governamentais no âmbito do transporte marítimo e das tarifas de frete internacional.

A exportação de carne de frango teve início em

1975, quando foram colocadas 3.469 t no mercado externo, resultando numa modesta receita de US$ 3,2 milhões. No ano passado, o Brasil já conseguia elevar para 19.636 t o total exportado, com uma receita de US$ 19,5 milhões, traduzindo-se num incremento de 500% em relação ao valor exportado no ano anterior. Os principais importadores de frango brasileiro tem sido os países do Oriente Médio e algumas nações africanas. Para 1977, as previsões do Ministério da Agricultura dão conta de uma exportação em torno de 50.000 t.

Embora sejam alvissareiras as perspectivas de crescente participação brasileira no mercado internacional de frango de corte, há, entretanto, alguns problemas que, neste ano, vêm retardando o fluxo normal de escoamento dos frangos exportados. O problema principal diz respeito à escassa disponibilidade de cargueiros-frigoríficos. O setor tem reclamado não só da intermitência dos embarques, como também do recente aumento no custo do transporte, que passou de US$ 170/t para US$ 230/t.

Não obstante esses percalços conjunturais, o frango brasileiro continua competitivo no mercado internacional, mesmo levando em conta os subsídios concedidos aos concorrentes europeus. Por outro lado, o Brasil leva também vantagem em relação às exportações norte-americanas para o Oriente Médio, pois o percurso dos cargueiros provindos dos EUA é superior em 8 mil milhas ao trajeto das nossas exportações para aquele continente.

O mercado internacional de carne de aves revela inegável expansão, onde as exportações líquidas mundiais vêm crescendo à taxa anual de 21,4% nos últimos cinco anos (vide Notas Estatísticas). Os maiores exportadores são os Estados Unidos e a Comunidade Européia, que disputam as preferências dos prósperos clientes do Oriente Médio. Os EUA, por exemplo, efetuaram este ano a primeira venda para o Iraque, num total de 35 mil t de frangos de corte - cerca de 80% superior às exportações totais do Brasil em 1976. A partir de 1973, com o aumento da renda per capita dos países do Oriente Médio, a demanda por produtos avícolas naquela região não parou de crescer, estimando-se que as importações totais daquele mercado se situem, atualmente,

entre 100 e 150 mil t de carne de aves.

Os prognósticos para o fortalecimento da presença brasileira na exportação mundial de frangos são bastante promissores, dado o nosso poder de competição neste setor. O Brasil conta com a vantagem estratégica de dispor, dentro de suas fronteiras, de amplas reservas de soja e milho, ao contrário dos avicultores europeus, que são dependentes de importações dessas duas matérias-primas. Por outro lado, os governos europeus compensam essa deficiência subsidiando suas exportações de frangos. Em relação aos EUA, o Brasil conta com a vantagem de uma maior proximidade dos centros de consumo no Oriente Médio e África. Conjunturalmente, todos os exportadores de frangos deverão se beneficiar ainda, da esperada contração da oferta mundial de carne bovina a partir deste ano que, sem dúvida, acarretará um deslocamento da demanda mundial de carnes no sentido de uma maior consumo de aves e suínos.

Pelo lado das desvantagens, o Brasil carece, principalmente, de tradição no mercado mundial de produtos avícolas, embora tenha mostrado notável agressividade comercial, bastante para conseguir, em apenas dois anos, ganhar uma fatia expressiva do mercado do Kuwait. A curto prazo, para que o Brasil possa consolidar sua posição como grande exportador mundial de frangos, é indispensável que sejam corrigidos os problemas de transporte que afetam o setor, evitando-se a perda de credibilidade dos fornecedores nacionais por inadimplência dos prazos estabelecidos nos contratos de exportação. A longo prazo, o progresso da avicultura brasileira dependerá da formulação de uma política integrada de apoio ao setor, em cujas diretrizes se contemplem desde programas tecnológicos de desenvolvimento de linhagens ainda mais produtivas (atualmente importadas) até programas de estoques reguladores de matérias-primas para rações.

*****
****
***
**
*